

Municípios vão entrar no ano eleitoral com rombo em suas contas

Contas públicas Cofres vazios

Municípios vão entrar no ano eleitoral com rombo em contas

— Déficit chega a R\$ 10,9 bi em 12 meses até outubro; analistas citam alta de gastos com saúde e educação e perdas com repasses da União

EDUARDO RODRIGUES
FERNANDA TRISOTTO
BRASILIA

Grande parte das prefeituras brasileiras vai entrar em 2024, ano eleitoral, no vermelho. Com rombos crescentes nas contas municipais, muitos prefeitos podem até mesmo desistir da reeleição e quase todos deixarão para seus sucessores dívidas e demandas da população não atendidas nos atuais mandatos.

Segundo dados do Banco Central, enquanto os Estados

registraram um superávit primário de R\$ 7,241 bilhões nos 12 meses até outubro deste ano, os municípios acumulam um rombo de R\$ 10,936 bilhões no mesmo período. Ainda que exista enormes diferenças entre as administrações municipais, os números consolidados mostram que muitas prefeituras terão dificuldades para manter investimentos em 2024 — ano que tem uma execução limitada até a metade do exercício, em virtude das regras de campanha e do calendário eleitoral.

O gestor do Observatório de

Informações Municipais, François de Bremaeker, destaca que a crise recente dos municípios não decorre de apenas uma causa, mas, sim, de uma

Reação
Frente de prefeitos aposta em medidas arrecadatórias do governo para receber mais repasses

“tempestade perfeita” nas contas das prefeituras, com o aumento de despesas com saúde e educação no pós-pandemia e

a perda de recursos com transferências da União e repasses de parte do ICMS estadual.

“É um conjunto de fatores. Na pandemia, os municípios foram muito demandados em educação e saúde e, diferentemente das empresas privadas, não puderam reduzir salários temporariamente. No pós-pandemia, as prefeituras precisaram atender a uma demanda reprimida muito grande por consultas e cirurgias eletivas. Para piorar, as cidades perderam um pouco de dinheiro com o ICMS, quando houve redução da cobrança sobre com-

bastíveis. Quando o ICMS pega um resfriado, os municípios pegam uma pneumonia”, compara Bremaeker.

Em menor medida, também houve o retorno de reajustes para os servidores municipais após o fim da proibição que vigorou entre 2020 e 2022.

O assessor econômico da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), Kleber Castro, reconhece as dificuldades fiscais das cidades, mas diz que o quadro seria menos “dramático” do que o indicado pelos números do BC. Ele vê indícios de que as receitas municipais podem ganhar fôlego em 2024. “O governo federal tem proposto e aprovado projetos para melhorar a arrecadação, sobretudo do Imposto de Renda, que ajuda a abastecer o FPM (Fundo de Participação dos Municípios)”, diz. “Além disso, no âmbito da reforma tributária há a expectativa de que os Estados aumentem alíquotas de ICMS para garantir uma alíquota de referência maior no período de transição.”

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1